

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

## Uma Relação Oculta no “Mar Branco”: A Exploração da Força de Trabalho no Cultivo do Algodão<sup>1</sup>

Flávio Ribeiro de Lima<sup>2</sup>

“Quando chegava a época da colheita, a  
plantação parecia um mar branco.  
Era tão bonito de ver.

[...] No final da colheita, a gente ficava quebrado.  
Carregava todo àquele algodão nas costas.

Era calo para todo lado.

[...] Tinha algodão que ficava vermelho  
do sangue que escorria das nossas mãos”<sup>3</sup>

### Introdução

A produção algodoeira mundial experimentou, desde a Revolução Industrial, enorme potencial de geração de valor e de mobilização de trabalhadores, tanto para sua colheita, quanto para a produção de tecidos e derivados (CARVALHO, 1935: 331). Desde muito cedo (século XIX), a ausência de direitos trabalhistas ocupa lugar de destaque na

---

<sup>1</sup> Este texto faz parte de uma investigação científica mais ampla, que foi apresentada na forma de uma dissertação, cujo título é: *Nas trilhas da exploração da força de trabalho: uma análise a partir da cadeia têxtil de produção no Noroeste do estado do Paraná* (LIMA, 2018).

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia em andamento pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da professora Dra. Arlete Moysés Rodrigues. É Membro do grupo de pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses e do grupo de pesquisa Problemática Urbana e Ambiental, ambos da mesma instituição. Contato: flavior\_lima@hotmail.com.

<sup>3</sup> Depoimento de um trabalhador com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Gravação de (43:12 minutos) - [Arquivo pessoal do pesquisador]. Especificamente neste trecho, optamos por redigir o português corretamente, preservando, é claro, o relato do trabalhador.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

produção dessa cultura, e graças à importância atribuída à economia algodoeira em todo o mundo as relações de trabalho têm se tornado ainda mais extenuantes no século XXI.

No Brasil, país de base latifundiária, herança escravista, capitalismo tardio e desigualdade social alarmante (PRADO JUNIOR, 1972: 273 - 275), as condições a que são submetidos os trabalhadores das plantações de algodão assumem um papel importante para a manutenção da acumulação capitalista, fazendo com que a exploração da força de trabalho se tornasse, desde os primórdios, um elemento central no processo de acumulação de capital.

Essas relações de trabalho contribuiriam (para além da acumulação de capital) com a multiplicação da escassez e da miséria, juntamente com o aviltamento e com a penúria das condições as quais estão submetidos os trabalhadores, obscurecendo-as formas das atividades laborais nos espaços rurais no território brasileiro. São essas condições que tratamos ao longo deste artigo. Nossa proposta central é apresentar elementos concretos da exploração da força de trabalho na produção de algodão do Noroeste do estado do Paraná, tratando diferentes momentos históricos que estruturaram o que estamos compreendendo como formas de exploração. A partir da bibliografia pesquisada, sendo as basilares algumas das obras de Ricardo Antunes e de David Harvey, dialogamos com os trabalhadores que cultivam algodão, de modo que alguns dos diálogos são apresentados nos itens deste artigo.

Deste modo, estruturamos o artigo em três seções. Na primeira delas, expomos alguns antecedentes históricos da produção cotonicultora brasileira e paranaense, de modo a compreender suas integrações em meio a produção mundial. Na segunda seção, apresentamos a etnografia das plantações de algodão, ou, geograficamente falando, a biogeografia da planta do algodão, chamando a atenção para os métodos de trabalho presente no cultivo da planta. Na terceira e última seção, demonstramos o objeto de estudo em meio ao movimento da realidade contemporânea do recorte proposto, apresentando as realidades laborativas a que estão submetidos os trabalhadores das plantações de algodão da referida região. Para finalizar o artigo, escrevemos algumas considerações gerais sobre o tema proposto.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **A produção cotonicultora brasileira e a paranaense: antecedentes históricos**

As oscilações no volume de produção de algodão no Brasil entre os anos finais do século XX e os anos iniciais do século XXI variaram demasiadamente. No idos de 2011 (período em que a produção começou a apresentar índices positivos) os proprietários de terra começaram a se articular, de forma gradativa, acionando o Estado para a conquista de “incentivos” na implementação de novas tecnologias para o retorno do crescimento do cultivo de algodão.

Estava claro para eles que o patamar de produção anterior (que vigorou, na realidade brasileira da produção de algodão, principalmente, entre as décadas de 1970 e 1990) não era competitivo, sobretudo no que tange a atender as demandas de um mercado mundial que, nos dias atuais, segue a lógica do capital financeiro. Os “incentivos” vieram por meio de vantagens fiscais e também por medidas que ignoravam as formas de contratação de força de trabalho que voltavam a ser praticadas no país (fato este que caminhou na contramão do que vinha ocorrendo na maior parte dos países do norte global), alinhando-se com modos arcaicos e vexatórios de contratação da força de trabalho praticados nos séculos XIX e XX.

Neste movimento a produção algodoeira brasileira propagou-se com o incremento de tecnologias de ponta, força de trabalho mal paga (e precarizada) e utilização da combinação de adubos, insumos, sementes e produtos químicos, fazendo com que o algodão pudesse ser produzido em espaços com topografia e condições climáticas desfavoráveis. A região do Cerrado<sup>4</sup> e do Sertão Brasileiro nos serve de exemplo do que nomeamos de *reconfiguração dos espaços agrários produtivos* (HARVEY, 2010).

---

<sup>4</sup> De acordo com registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Bioma Cerrado (também conhecido como Savana), rico em espécies animais e cobertura vegetal endêmica, compreende um quarto do território brasileiro, estendendo-se, inclusive, pela Floresta Amazônica. A expansão das fronteiras agrícolas ao longo de seus domínios significa, entre tantos elementos, a ameaça à manutenção do modo de vida de comunidades tradicionais e a extinção das espécies animais e da cobertura vegetal. Essa expansão ameaça ainda as reservas aquíferas, as nascentes, afluentes e correntes dos rios que compõem o bioma. Uma problemática que vem se estendendo exponencialmente, sobretudo nos últimos anos.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Desta reconfiguração surge o modelo de desenvolvimento geográfico desigual<sup>5</sup> nos espaços rurais, que propiciou aos produtores, ora explorar a realidade de um país que apresenta uma desigualdade socioespacial histórica, ora comprar/deslocar produções de algodão do continente africano (THE GUARDIAN, 2017), que segue, como o Brasil, explorando a força de trabalho cotonicultora. Neste caminho, a produção cotonicultora brasileira vem se efetivando com base na mescla entre maquinários e trabalho manual, conduzidas para fins de *commodities* e destinada, principalmente, ao mercado externo. Em 2014, por exemplo, os valores da produção de algodão chegou ao patamar de US\$ 1,4 bilhão (BNDES), 72% a mais que os valores movimentados em 2004.

Com o aumento dos índices de produção de algodão alcançados por meios dos “incentivos” e mazelas (obtidos pela via neodesenvolvimentista do governo brasileiro), o país passou a circular novamente entre os maiores produtores mundiais de algodão. Dados do Departamento de Economia Rural (DERAL) indicam que em 2014 o Brasil foi o quarto maior produtor, numa lista que compunha Estados Unidos, Índia e Paquistão. Se observarmos os dados para o ano de 2017, veremos que o país segue sendo o quinto maior produtor mundial, e o terceiro maior exportador (MDIC, 2017), conforme pode ser visto na compilação de dados referentes aos valores (em dólares) arrecadados com a movimentação, organizados no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Importação e exportação de Algodão do Brasil entre 2015 e 2017 (em dólares).

<b>Algodão</b>	<b>2015/2016</b>	<b>2016/2017</b>
<b>Exportação</b>	1.426.486.933,00	909.597.687
<b>Importação</b>	28.872.474,00	63.494.091
<b>Balança Comercial</b>	1.397.614.459,00	846.103.596

Fonte: MDIC, 2017.

<sup>5</sup> Algumas ideias sobre a questão do modelo de desenvolvimento geográfico desigual podem ser acessadas em Oliveira (1999) e também em Harvey (2014).

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O quadro indica que a safra (que vai de agosto até julho) de 2015/2016 foi mais rentável em relação à de 2016/2017, exatamente porque no primeiro caso os investimentos do Estado foram superiores em relação ao segundo, como pode ser visto no relatório da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA). O quadro indica também os valores adquiridos por meio da exportação da produção de algodão brasileira, por meio de acordos estabelecidos no continente asiático, sendo o principal comprador brasileiro a China (ABRAPA, 2017).

Assim como a produção do Brasil, a produção de algodão do estado do Paraná voltou a apresentar saldos positivos em relação a década de 1990 e 2000, período pelo qual a produção cotonicultora no referido estado apresentou baixas significativas. Se observarmos os dados da Associação dos Cotonicultores Paranaenses (ACOPAR) para a safra de 2016/2017, veremos que os índices que se aproximaram de zero em 2002 tomaram rumos positivos nesse decênio.

Verifica-se que em 2017 o algodão foi cultivado em 13 municípios do estado do Paraná, todos localizados nas regiões Norte e Noroeste. Nessa última região, onde a redução da produção cotonicultora chegou a ser nula, o algodão foi cultivado em 4 municípios. A título de ilustração, elaboramos um mapa que demarca a localização deste municípios (destacados em verde):

**Mapa 1** - Municípios que produzem algodão no Noroeste do Estado do Paraná.

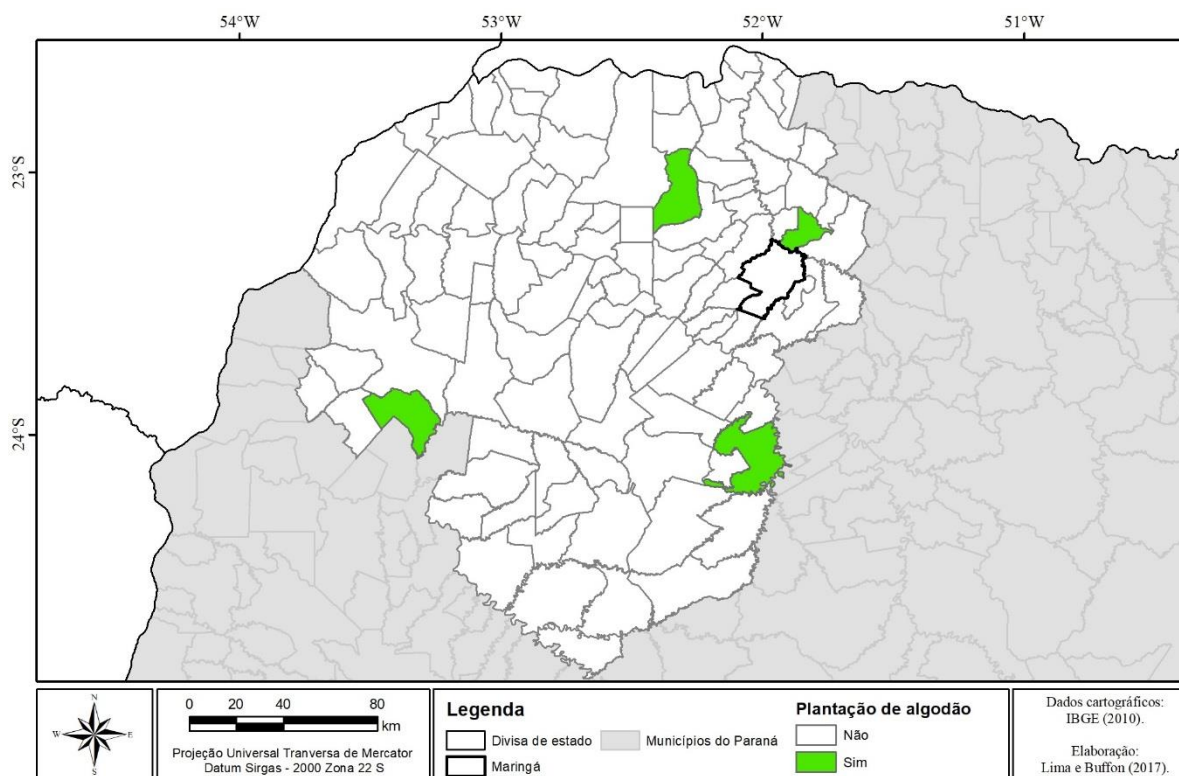
# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org



Fonte: ACOPAR, 2017.

Como pode ser visto no Mapa 1, a região Noroeste do estado do Paraná possui quatro municípios produtores de algodão. Os dados da ACOPAR (2017) revelam ainda que existem ao menos 10 fiações e sete tecelagens operando no Estado, sendo que três delas são vinculadas à uma cooperativa agroindustrial. O parque industrial têxtil situado na mesma região do estado demandou em 2016 aproximadamente 60 mil toneladas de plumas de algodão para produção (ABRAPA, 2017), o que demonstra que é preciso importar para que seja suprida a alta necessidade de produção do Estado<sup>6</sup>.

Para que estes números apresentados em escala nacional, estadual e regional cheguem a estes patamares, a lógica produtiva exacerba o controle das indústrias transnacionais sobre os espaços onde estão sendo produzidos o algodão e sobre a força de trabalho que se mobiliza para efetivar essa produção. Nesse processo, o preço que se

<sup>6</sup> Em trabalho de campo, um representante da ACOPAR nos indicou que existem várias algodoieiras desativadas na região que poderiam atender os produtores, porém, segundo ele, é necessário incentivos do Estado para que a produção possa ser retomada.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

atribui à produção no mercado mundial de títulos tem um peso relevante, já que dita as normas, as técnicas e os procedimentos que são realizados na produção em escala mundial (MDIC, 2017). Essa lógica pode ser apreendida por meio de uma análise de múltiplas escalas, sob as quais os espaços rurais passam, como nos lembra Arruda (2014), a ser integrados à fase imperialista, em que o capital reconfigura o espaço à sua maneira, tornando-o mais rentável possível (HARVEY, 2010)

Sob a análise de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999), estes movimentos configuram, constroem e destroem o espaço em prol da acumulação. Assim, o espaço é inserido em uma lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo, que demarca as transformações dos espaços rurais brasileiros. Seguem, portanto, uma lógica de ampliação da produção agrícola com “incentivos” do Estado, que, por sua vez, utiliza como fonte de antecipação do crédito a produção como um elemento que terá influência sobre a demanda monetária para fins especulativos, variando de acordo com a documentação da terra (OLIVEIRA, 1986; CHESNAIS, 2005).

Todos estes processos demonstram que não importa mais ao capital reconhecer ou mesmo respeitar a fertilidade natural do solo<sup>7</sup>, mas sim a rentabilidade que pode ser adquirida de todas as culturas que puderem ser cultivadas, em todos os espaços (HARVEY, 2010: 73). Demonstram, pois, a sinistra imposição da lógica do mundo da mercadoria sobre o mundo natural do solo tal como indicadas meio século atrás por Karl Polanyi (1992 [1957]). Por essa e por outras razões, a manchete de um noticiário local estampava, ainda na década de 1980, a seguinte frase: “venha produzir no Noroeste do Paraná, aqui as terras são mais rentáveis que no interior de São Paulo”.<sup>8</sup>

Neste interim, a expansão geográfica do capital e o novo modo de ordenar espacialmente os espaços rurais funcionam como uma opção lucrativa de absorver os excedentes de capital, passando a ocupar lugar central nas produções agrícolas. Elas circunscrevem o modo de produzir algodão na atualidade, nos moldes da lógica transnacional de envolvimento da terra, em que o capital mundializado (para usar os

---

<sup>7</sup> Sob essa temática, buscar David Harvey, *O enigma do capital* (2010), p. 73.

<sup>8</sup> Consulta realizada no acervo do Museu da Bacia do Paraná, localizado no município de Maringá.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

termos de Chesnais), conduz o mercado a se orientar em torno das taxas de câmbios, securitizando os títulos por meio dos juros/lucros (CHESNAIS, 2005) oferecidos pelas produções ou mesmo pelos solos rurais.

E não apenas isso. A partir desses processos, o setor de produção algodoeira tem experimentado, no sentido dos grandes complexos (cafeeiros e supraalcooleiros)<sup>9</sup>, uma série de mudanças que inserem os espaços rurais em um arranjo espacial que afeta diretamente o mundo do trabalho (ANTUNES, 1995). Não por acaso o noticiário indicava que “aqui as terras são mais rentáveis”, dado que, junto com as terras, a região ofertava baixa estrutura sindical e capacidade de movimentação mínima – como segue ocorrendo na atualidade.

Nesse processo, o algodão apresenta novas relações (métodos) de cultivo nos espaços de produção de algodão, movimento que reorienta a produção de algodão e ao mesmo tempo a cadeia têxtil de produção na qual a cotonicultura está inserida. A este novo modo de produzir nos espaços rurais e de incorporar valor introduzido pelo mercado mundial acrescentam-se as novas relações de trabalho nele envolto, abordadas mais adiante.

Elas representam a lógica predatória do modo capitalista de produção, demarcando novas possibilidades de exploração (da terra e da força de trabalho), conformando os espaços rurais ao desenvolvimento de atividades aviltantes, circunscritas nos moldes da ilegalidade, como pretendemos abordar mais à frente. Antes, é preciso descrever os processos que determinam as relações de trabalho, que são o plantio e a colheita de algodão. Assim, antes mesmo de iniciarmos as descrições das condições de trabalho ali observados, acreditamos que uma ligeira descrição do modo de cultivar este vegetal não seria despropositada. É o que faremos na sequência.

## **Breve etnografia das plantações de algodão**

As descrições que faremos a partir dessa seção são cópias fieis do que observamos e também do que nos foi relatado durante os trabalhos de campo que realizamos em uma

---

<sup>9</sup> Estes complexos foram bem expostos na tese de Antônio Thomaz Junior (1996).



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

das plantações de algodão localizada na referida região (expostas no mapa 1). Trata-se de um espaço rural que apresenta aproximadamente 800 hectares, onde foram cultivados algodão (safra de 2016/2017)<sup>10</sup>.

Tanto na plantação que visitamos, quanto em outras plantações ao longo do estado do Paraná e do Brasil, podem ser observadas as mesmas características da planta do algodão. Delas, podem ser gerados algodões finos, médios ou grossos, com nomes especiais, como o *Jumel*, o *Sea-islana*, o *Dhollera*, e outras que constituem qualidades distintas do produto. As diferenças são devidas ao clima e ao solo da regiões em que são produzidos (CARVALHO, 1935: 332).

Em suas diferentes qualidades, a planta do algodão (apresentada na Figura 1), é uma fibra vegetal natural que cresce em torno da semente da planta arbustiva do algodão - *Gossypium hirsutum L*, cientificamente. Sua classificação taxonômica é descrita como sendo da família *malvaceae*, ordem *malvales*, gênero botânico e espécie *Gossypium*, e filo *Angiospermae*. O DNA desse grupo vegetal, indica que os algodões apareceram a aproximadamente 2 milhões de anos, diversificando-se entre seu grupo *genômico* (CONABIO, 2017).

A forma de crescimento dessa erva varia de acordo com as diversas variedades de plantas perenes herbáceas até as arbustos (não lenhosos) que variam entre 0,75m a 2m de altura, sendo que a raiz do arbusto é geralmente axial. Os talos são geralmente ramificados, com ramas vegetativas e reprodutivas. As folhas variam entre 4cm e 10cm de largura, são alternadas e cordatas (SIOVM, 2017).

O fruto da planta do algodão é em geral de cor branca ou bege/amarelada. Ele é obtido através dos frutos da planta arbustiva em suas diversas variedades - em geral nos ramos frutíferos superiores para as plantas mais perenes – em capsulas que varia de 2,5cm a 6cm de largura (SIOVM, 2017). Na figura a seguir, podem ser observados a planta do algodão em 4 estágios de crescimento da planta de algodão.

---

<sup>10</sup> A principal atividade desenvolvida nesses espaços que visitamos em trabalho de campo é o algodão, porém, fora do período de safra, plantam-se café, milho e/ou soja, conforme nos foi relatado pelo agrônomo que nos recebeu.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

**Figura 1** - Estágios de crescimento da planta do algodão.



**Fonte:** Departamento de etimologia da Universidade do Texas, 2017.

Para que a planta passe por todos os estágios de crescimentos é preciso um longo processo de trabalho que envolve diferentes etapas. Primeiramente, a área de cultivo é preparada para o plantio. Manualmente, os trabalhadores destroem ervas daninhas que podem competir com o algodão ao retirar nutrientes do solo, luz solar e água e podem, igualmente, atrair pragas prejudiciais a seu crescimento.

O solo (dos tipos Latossolo Vermelho férrico e o Podzólico Vermelho Amarelo eutrófico determinantes no Noroeste do Paraná<sup>11</sup>), é preparado com o emprego de arados

---

<sup>11</sup> A classificação que fizemos está de acordo com o que observamos em trabalho de campo, seguindo os tipos de formação que encontramos no Brasil, segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Ela não é a mesma do manual *Formação e conservação dos solos* (2010) do autor Igor F. Lepsch, que indica que o Noroeste do Paraná é constituído quase que em sua totalidade pelo Latossolo Vermelho férrico. Se seguirmos esse exemplo, nos depararemos com divergências, já que a porção Oeste da região Noroeste apresenta argilossolo amarelo-vermelho e não Latossolo Vermelho ao longo de sua formação como é

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

que talham a terra em linhas paralelas, onde são feitas valas de 2m a 5m metros de profundidade para plantar a semente da planta. No caso em questão o plantio é realizado por meio do trabalho braçal, com a ajuda de enxadas e de carrioas. Existem na atualidade maquinários que o fazem, porém eles não foram utilizadas nesse plantio, pois são alugados durante um período, segundo o que nos foi dito, por questões financeiras.

Vale indicar que a planta do algodão é extremamente exigente em relação ao tipo de solo, à luminosidade e à umidade, o que é favorecido pela geografia do Brasil. Este país está situado em uma porção tropical da esfera terrestre, e, dado sua posição privilegiada, recebe altos índices de radiação solar (o que faz acumular calor), dotando a região de um excedente energético muito significativo sobre o restante do planeta, fato que contribui para que essa radiação seja captada em larga escala e eleve a produção cotonicultora para que possa ser produzida em larga escala, a preços competitivos, para o uso industrial (CONTI, 1999: 12 - 19).

Na sequência, abre-se um pequeno sulco em cada linha, onde serão depositadas as sementes. A profundidade em que são depositadas as sementes varia de acordo com o clima da região, podendo variar entre 1,5cm a 3cm de profundidade, como observa o agrônomo de uma das plantações que visitamos. Segundo suas indicações, “a semente deve ser colocada mais superficialmente em áreas empoeiradas e frescas do cinturão e mais profundamente em áreas mais quentes”<sup>12</sup>.

Após o depósito das sementes, o solo não pode ser compactado, pois se isso for feito corre-se o risco de reduzir a quantidade de ar presente na vala e atrasar o crescimento da planta. Sendo assim, essas atividades são realizadas mesclando o trabalho braçal com o trabalho dos maquinários.<sup>13</sup> Após o plantio iniciam-se as primeiras irrigações, que são realizadas (quando não há canalização ou mesmo maquinários para essa etapa como no

---

apresentado na página 144. Nossa classificação não a segue, pois se tomarmos duas das plantações que visitamos, por exemplo, veremos que os solos são diferentes em suas composições e cores.

<sup>12</sup> Depoimento de um trabalhador com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Gravação de (22:31 minutos) - [Arquivo pessoal do pesquisador].

<sup>13</sup> Os maquinários da fazenda são ocupados na produção da soja, sendo deslocados à cultura do algodão apenas nas épocas de colheita.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

caso observado) através do trabalho braçal. Com boa umidade do solo e temperatura quente no plantio as mudas geralmente emergem de cinco a onze dias após o plantio. Ocasionalmente, doenças e pragas se alastram e isso pode atrasar o crescimento das mudas.

Desenraizar ou mesmo limpar o cinturão do algodão retirando as plantas sobressalentes como gramíneas e as ervas que voltaram a crescer é um processo realizado através do manuseamento da enxada pelos trabalhadores, geralmente entre a terceira e a quarta semana. Esse processo é chamado de desbaste e segue sendo realizado semanalmente durante a temporada de cultivo do algodão (ABRAPA, 2017).

Aproximadamente seis semanas após a aparição das mudas os botões das flores começam a se formar, amadurecendo cerca de três semanas depois. O florescimento é observado pela coloração dos botões, que varia de amarelo esverdeado, amarelo rosado e vermelho, caindo depois dessa coloração. Quando a flor cai, ela deixa um ovário na planta de algodão. Este ovário amadurece e se amplia em uma vagem verde chamada de algodão (ABRAPA, 2017).

Nesta fase, o trabalho braçal de limpeza torna-se ainda mais preponderante já que as plantas atingiram seu estágio intermediário (aproximadamente 35cm e 40cm), não podendo ser observadas com facilidade as daninhas invasoras. Daí em diante, o processo precisa ser rápido e minucioso, sobretudo por estarem nas partes mais baixas da planta, já que a parte superior serve como barreira para a inferior de onde os controles químicos são insuficientes e podem apresentar esporulações ou mesmo danificações nas folhagens (ABRAPA, 2017).

O ovário que vai dar vida ao caroço da planta forma-se em período que varia de 55 a 80 dias. Durante este período, a cápsula em formato de bola cresce e as fibras úmidas empurram as sementes recém-formadas para fora. À medida que a bola amadurece, ela permanece verde. As fibras continuam a se expandir quando há luminosidade durante três semanas. Por mais seis semanas as fibras ganham corpo, ficando mais grossas e acumulando proteção em suas paredes celulares. Dez semanas depois as fibras úmidas

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

secam ao sol e as fibras caem e torcem juntas. Inicia-se então o processo de maturação ao qual se originará a pluma (ABRAPA, 2017).

Nesta fase a planta de algodão é desfolhada para ser colhida. A desfoliação (remoção das folhas) pode ser realizada por pulverização de produtos químicos que, em geral, possuem valor elevado. Sem desfoliação por pulverização o algodão deve ser colhido à mão, com os trabalhadores limpando as folhas enquanto trabalham. Isto é, devido ao valor elevado dos produtos químicos e o tempo que necessita esperar para que seja realizado a secagem das folhas, a maioria das plantações de algodão do Noroeste do Paraná dá início ao processo através da exploração do trabalho braçal.

É importante observar que, mesmo quando a desfoliação é realizada por pulverização e a colheita feita por maquinários, há necessidade de trabalho braçal para a limpeza manual dos maquinários (as enfardadoras, por exemplo) que ficam repletos de fibras de algodão. Como nem todo algodão atinge a fase da maturidade ao mesmo tempo, a colheita, que deve ser minuciosa, é facilitada por meio do trabalho braçal, otimizando o tempo da produção. O problema é que nem mesmo o mais hábil dos trabalhadores, ou seu conjunto, pode colher “o mar branco”<sup>14</sup> de algodão em tão pouco tempo se comparado com as máquinas (AMIPA, 2017).

Há ainda, uma outra exceção. Se os maquinários estiverem ocupados na colheita da soja o método para se colher retorna ao modo arcaico - a utilização do trabalho braçal. Nessa fase utilizam-se também os detectores de umidade para garantir que o teor de umidade não seja superior a 12% e que, assim, o algodão seja colhido e armazenado sem perdas de rendimento. Mesclam-se na colheita: trabalhadores, tratores, colheitadeiras. Todos num único espaço.

É bom lembrar que hoje em dia existem maquinários que colhem, prensam, enfardam e depositam os fardos de algodão na mesma operação, mas eles possuem valor extremamente elevados, e por este e por outros motivos não foram maquinários encontrados na plantação que visitamos. Neste caso, os trabalhadores desempenham as

---

14

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

atividades que seriam realizados pelos maquinários e também as atividades ligadas à limpeza dos mesmos. Tudo isso confirma que estamos assistindo no Brasil ao aumento do trabalho assalariado<sup>15</sup> no campo.

Em resumo, a utilização da força de trabalho é utilizada em todos os momentos da produção de algodão que é realizada no Noroeste do estado do Paraná. e para dar conta de uma produção que deve ser realizada em larga escala, a utilização da força de trabalho apresenta-se, nos dias atuais, muito mais intensificada. É sobre essas experiências que discorreremos a seguir.

## **Exploração da força de trabalho: observações e relatos dos trabalhadores**

Tendo feito essa descrição do processo de plantio do algodão, passaremos agora a descrever as relações de trabalho no espaço em que visitamos. Os dados apresentados nessa seção constituem uma das etapas de nossa pesquisa<sup>16</sup>. Como já mencionamos, a plantação de algodão que visitamos possui uma área de mais ou menos 800 hectares, e intercala a produção de algodão que é plantada em determinado período do ano, com outras culturas.

Nos trabalhos de campo, além de realizarmos inúmeras observações, abordamos os trabalhadores na plantação de algodão. Para que haja uma descrição completa e fiel dos principais acontecimentos observados, não iremos expor os nomes dos trabalhadores que gentilmente compartilharam suas experiências laborativas. Assim, serão reveladas as características físicas, as narrativas e as trajetórias.

Em nosso trabalho de campo observamos relações de trabalho que se aproximam de trabalhos extremamente degradados, precarizados, explorados<sup>17</sup>, por isso mesmo, esta

---

<sup>15</sup> Quando falamos em salário aqui estamos nos referindo a uma relação contratual de compra e venda da força de trabalho, que pode ou não passar pela formalização simbólica de assinatura de carteira de trabalho. Para mais detalhes sobre esta questão, buscar as obras de Coutinho (2011).

<sup>16</sup> Os levantamentos realizados nessa etapa da investigação foram desenvolvidos entre o ano de 2015 e 2017. Eles foram apresentados em forma de dissertação de mestrado (cujo título já foi mencionado na primeira nota) elaborada sob orientação do professor Dr. Danilo Volochko.

<sup>17</sup> Dialogamos com um trabalhador responsável pela produção (agrônomo) e com mais cinco trabalhadores que desenvolvem as atividades ligadas ao cultivo do algodão (boias frias).

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

seção trata das trajetórias de exploração da força de trabalho nas plantações de algodão do Noroeste do Paraná. A partir da visita iniciamos a coleta de dados referente às legislações trabalhistas previstas na CLT, para compreendermos a dimensão das realidades laborais. Igualmente, buscamos compreender o movimento das plantações de algodão no Brasil e precisamente no Estado do Paraná como já foi demonstrado.

Estamos supondo, tal como fez Ricardo Antunes (1988), que a exploração da força de trabalho é aquela interação mediada no plano do espaço (através das relações metabólicas) homem-homem e homem-natureza (ou se preferir, natureza-sociedade), em que há um beneficiamento em detrimento de algum ganho. Ou seja, “uma interação vantajosa, realizada no plano do espaço através de relações diferentes entre classes” (LIMA, 2018: 50). É desta relação que surge o valor excedente. O resultado direto da interação desigual entre classes.

Se tomarmos a exploração da força de trabalho na cotonicultura (relação entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores) veremos que nas plantações de algodão da referida região o trabalho explorado é dominante, e tem-se ampliado ao longo dos processos de mudanças que as cotoniculturas passaram desde as décadas finais do século XX.

Ao modo de produzir nos espaços rurais (esboçado no segundo item deste artigo) e de incorporar valor introduzido pelo mercado mundial, acrescentam-se as relações de trabalho nele envolto. Fruto de um modo capitalista de produção organizado e transnacionalizado, a indústria da agricultura, como passaremos a chamar daqui em diante, não só detém o controle dos espaços e das corporações em escala transcontinental, como também o poder sobre as inovações tecnológicas e científicas (LOJKINE, 1995).

Essas indústrias incorporaram (algumas mais recentemente como o caso das cotonicultoras do Estado do Paraná em meados de 1990, outras na década de 1960, como as estadunidenses) a lógica predatória do modo capitalista de produção, demarcando novas possibilidades de exploração ao conformarem os espaços rurais (e não apenas eles) a ritmos de produção cada vez mais acelerados, conformando, por conseguinte, o tempo

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

do trabalhador, que agora é pressionado a trabalhar no ritmo acelerado dos maquinários e das velozes tecnologias do século XXI (LOJKINE, 1995).

Trabalhar sob a pressão de ter que competir com os maquinários, em processos que muitas vezes os trabalhadores não sabem operar, é a realidade que observamos nas plantações. No “mar branco” formado pelo botão da planta do algodão encontram-se os trabalhadores que dão corpo e sentido à produção. Eles se movimentam a todo tempo, realizando as diversas atividades laborativas que compõem um processo de produção cotonicultora, desde a preparação da terra até a colheita.

Os trabalhadores da produção cotonicultora do Noroeste do estado Paraná compõem um total de 322 trabalhadores<sup>18</sup>. Desses, a plantação que estamos apresentando emprega 23<sup>19</sup>. O perfil dos trabalhadores da produção de algodão que visitamos pode ser descrito da seguinte maneira. Trata-se de homens e mulheres de idade entre 22 e 47 anos, negros e pardos<sup>20</sup>, imigrantes<sup>21</sup> da região Nordeste, Norte e Sudeste, do Haiti, e ainda da própria região Noroeste do Paraná, todos com baixas condições socioeconômicas, com baixa escolaridade, sendo que dois dos homens são analfabetos.

Esses trabalhadores fazem parte de uma grande leva de outros milhões de sujeitos que - como nos recorda Aldacy Coutinho ao recuperar os preceitos de Marx -, por não possuírem outra opção a não ser vender sua força de trabalho para outrem, seguem realizando esta negociação em busca de sobreviver (COUTINHO, 2017). Seus depoimentos demonstram que os salários pagos a eles são diferentes, são ordenados de acordo com o entendimento do capitalista. Os que trabalham e vivem na plantação (12 dos 23) recebem salários (se é que podemos chamar assim) que giram em torno de R\$450,00 e R\$500,00, definidos pela pesagem do montante algodão que colhem.

---

<sup>18</sup> Dados ofertados pela ACOPAR.

<sup>19</sup> O agrônomo que nos recebeu não se considera trabalhador, por ser “responsável” pela produção. Dado nosso entendimento, incluiremos ele na conta.

<sup>20</sup> Estamos utilizando aqui a classificação do IBGE.

<sup>21</sup> Ainda que não seja o objetivo de nossa pesquisa tratar especificamente do trabalho imigrante, devemos indicar um trabalhador que passa pelo processo migratório, desintegra-se de sua família, de seu lugar de pertencimento, ausentando-se, inclusive das vivências cotidianas dos familiares, entre outros elementos, apresentados na pesquisa de Sueli de Castro Gomes (2007).



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Os que não trabalham na plantação recebem salários mensais de aproximadamente R\$800,00 – inferior a um salário mínimo do ano de 2017. Os diferentes salários são pagos de modo distintos, dado que os que vivem na produção, em grande maioria, não possuem um local para morar, e também estão impossibilitados de realizar a locação de uma moradia em função da burocracia exigida.

Como se não bastasse o modo degradante ditado aos trabalhadores, os capitalistas se valem da inacessibilidade de conhecimento dos trabalhadores para aumentar ainda mais o nível de exploração da força de trabalho, elevando ao máximo o grau de produtividade e de acumulação. Sabe-se que é o Estado quem deveria regular os salários e as jornadas de trabalho desses trabalhadores que, neste caso, estão à margem da legislação trabalhista (não possuem carteira de trabalho assinada). Mas a definição das condições e dos valores pagos aos trabalhadores fica a critério dos proprietários da produção, que no caso em questão vivem no estado do Mato Grosso. Eclode daí a afirmação de que para a atual conformação do capitalismo, o Estado funciona como um pilar do capital; contribui efetivamente para sua manutenção (HARVEY, 2014).

A contribuição de Marx (ainda que ele esteja pensando no trabalho por peça) é nesse sentido relevante. Para ele, é natural, nesse caso, que o interesse do trabalhador “seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade” (MARX, 2004 [1867]: 624). Assim, submetem-se ao trabalho pago pelo que se colhe, o que demanda muito esforço braçal e ao mesmo tempo destreza. Prolongam, portanto, como observa Marx, o horário de trabalho para que possam atingir um peso maior no saco de algodão e assim conseguir um salário mais elevado.

Os relatos dos trabalhadores confirmam essa hipótese. Eles indicam que a jornada se estende para além de oito horas (previstas na CLT aos que trabalham com carteira assinada). Na plantação de algodão do Noroeste do estado do Paraná, a jornada de trabalho é ditada da seguinte maneira: de segunda a sábado para os que vivem fora da plantação e todos os dias para os que vivem na plantação.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Para seguir esta jornada, os trabalhadores dispendem grande parte de seus tempos diários ao trabalho. Os que vivem na plantação acordam por volta das 05:30 da manhã e iniciam a jornada por volta das 6:00, os que não vivem na plantação chegam as 07:00 e permanecem, como todos os demais, até às 20:00 ou 20:30. Todos dependem de ordens diárias que definem o horário e os ritmos de trabalho. O relato de Bob, que não vive nas plantações, indicou que uma das malícias utilizadas para estender a jornada de trabalho dos trabalhadores é pedir ao motorista da kombi para “vir bem tarde” buscar os trabalhadores<sup>22</sup>.

Assim, mesmo que dispensados às 19:00, horário “acordado”, eles ficam até mais tarde pois não têm outro meio de transporte para retornarem para seus domicílios, a não ser a kombi que os transporta. O percurso dos trabalhadores que são apanhados em uma praça da cidade gira em torno de 50 minutos (por trecho), o que demanda aproximadamente 1:40 hora do dia para o deslocamento para o trabalho, demarcando uma maneira de explorar a força de trabalho para além da esfera da produção.<sup>23</sup> Por este tempo de deslocamento não recebem horas extras, horas *in itinere* ou qualquer outro adicional pela carga horária ou pelo tempo de trabalho excedente (que gera extração de mais-valia).

Para esse grupo de trabalhadores, não existe tempo de descanso ou mesmo horário de almoço. Todos fazem uma pausa rápida para almoçar em conjunto e retornar ao trabalho. Para os que trabalham seis dias na semana, o total de horas trabalhadas (contando aqui com o tempo gasto no transporte) é de 96 horas semanais. Para os que trabalham os sete dias da semana, o total de horas trabalhadas chega a 84 horas semanais. A extremamente elevada jornada de trabalho desses trabalhadores, além de imoral, é ilegal. Isso porque o Ministério do Trabalho e Emprego regulamenta na Norma Regulamentadora 19, Artigo 1º, Portaria N° 3.214, 08 de junho de 1978, a não admissão deste tipo de pagamento, bem como jornadas excessivas.

---

<sup>22</sup> Depoimento de um trabalhador com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Gravação de (43:12 minutos) - [Arquivo pessoal do pesquisador].

<sup>23</sup> Lembremos que em Lefebvre (1973) é sumariamente importante observar as relações de produção e reprodução para além da esfera da fábrica.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Tal como observado na obra 12 anos de escravidão, que trata do trabalho escravo nas plantações de algodão estadunidenses no século XIX, ao final dessa jornada, chegam em casa sonolentos e exauridos, sem forças para realizar nenhuma outra atividade (SOLOMON, 2014: 118). É o que relata Patsey, uma das mulheres que dialogamos:

A gente chega em casa esgotada [...] eu só faço a comida pros meu minino, e vo descansa. Tem vez que num tem coragem nem de toma banho [...] Sabe quando não quer vê nem ouvi nada, é assim. [...] ai eu falo pros minino, a mãe que descansa, não faz baruido ein (risos). [...] É tanto cansaço que só a gente só que cama (PATSEY, 2016)<sup>24</sup>.

O relato de Patsey, mãe solo de um casal de filhos, revela o quanto a jornada é exaustiva. Aos que ficam na plantação, precisam muitas vezes organizar equipamentos e/ou continuar um pouco mais o trabalho, geralmente até o sol se pôr. Henry - um outro trabalhador que tivemos a oportunidade de dialogar - realiza diariamente suas atividades. Sem muitas proteções sobre sua pele ou sobre seus olhos, o boia fria, como gosta de ser reconhecido por seus longos 25 anos de atividade laborativa voltada à produção cotonicultora, passa o dia todo exposto à luz solar. Assim como os demais trabalhadores da plantação, Henry se levanta muito cedo “antes do sol raiar”<sup>25</sup> como ele mesmo observa, terminando sua jornada quando o mesmo se põe – o que exige o dispêndio de muita energia.

Deve-se indicar que o trabalho sob o sol (que ocorre inclusive sem o uso de creme para proteção<sup>26</sup>, máscaras e chapéus) leva à desidratação, ao desgaste e à sujeição a doenças de pele, como câncer, ou mesmo a dores de cabeça e de outros membros do

---

<sup>24</sup> Depoimento de uma trabalhadora com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Gravação de (43:12 minutos) - [Arquivo pessoal do pesquisador].

<sup>25</sup> Depoimento de um trabalhador com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Gravação de (43:12 minutos) - [Arquivo pessoal do pesquisador].

<sup>26</sup> Observado o desgaste da pele, perguntamos a Solomon se o mesmo utiliza protetor já que passa todo seu dia em exposição ao sol. Ele nos responde, “aqui não tem luxo não, [...] uso malemá um buné que ganhei num bingo”. Depoimento de um trabalhador com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Gravação de (5:08 minutos) - [Arquivo pessoal do pesquisador].

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

corpo. Uma condição que fere, inclusive, o inciso IV do primeiro artigo da Constituição, que dita, entre outras coisas, que o trabalho não pode ser destruidor da dignidade humana.

Soma-se ao desgaste o envelhecimento precoce, causado pela exposição solar. Outras doenças podem ser trazidas à tona se pensarmos na realidade desses trabalhadores. Isso porque a colheita de algodão é caracterizada por movimentos repetitivos das mãos e dos braços, e mal posicionamento do corpo, o que gera dores na coluna vertebral. Junto à exposição solar a que são submetidos os trabalhadores, o cansaço os movimentos automatizados podem elevar o risco de acidentes (ALESSI, 1997).

Acrescenta-se ainda a inalação dos insumos agrícolas que são utilizados constantemente, quando não são aplicados pelos trabalhadores, da poeira e fuligem provenientes da terra, o que gera problemas respiratórios à saúde do trabalhador<sup>27</sup>. Isso pode ser observado se resgatarmos novamente a fala de Henry, que nos diz que não é ofertado nenhum tipo de proteção para prevenir problemas de saúde aos trabalhadores. Segundo constata, o “único que usa máscara” é o trabalhador que ocupa a posição de agrônomo, tratado por eles como “chefe”.

Os maquinários não possuem estrutura de proteção (cabines). A ausência desse equipamento pode gerar mortes em casos de capotamento, aprisionamento, tombamento, ou escorregamento, havendo, nesses casos, grande possibilidade de os trabalhadores irem a óbito (YAMASHITA & CORRÊA, 2003). A inserção dos maquinários na produção cotonicultora que começou a ser realizada a partir dos anos 1990 e 2000 gerou mudanças nas relações de trabalho no estado do Paraná. Houve, por um lado, a diminuição dos postos de trabalho, e por outro, a intensificação das atividades laborativas, que agora circunscrevem-se nos moldes das atividades flexibilizadas (YAMASHITA & CORRÊA, 2003).

Com a diminuição dos postos de trabalho na colheita manual os trabalhadores passam a realizar atividades laborais que eram desenvolvidas por muitos outros boias frias. Ao recuperar um pouco da história das plantações de algodão em que trabalhou,

---

<sup>27</sup> Problema trazido em questão no Relatório Final da 15ª Conferência Nacional de Saúde sediada em Brasília.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Henry lembra que “antigamente os caminhão vinha lotado, as veis não tinha banco, vinha sentado no chão. [...] tinha época que incostava 3, 4 ônibus ai e decia um bando de peão pra colhe o algodão”.

Um dado interessante de indicar é que na atualidade aproximadamente 31,6% da colheita de algodão no Brasil é realizada por trabalho braçal (ABRAPA, 2017). Os maquinários passam a ser utilizados em áreas regulares (superfícies planas), e ao trabalhador resta o trabalho braçal em condições adversas, sob as quais nem mesmo os maquinários podem realizá-las (ALESSI, 1997).

Assim, aos trabalhadores que se dedicam à cotonicultura na região em questão, restam postos de trabalho que exigem muito esforço físico e que os colocam em condições adversas para sua saúde. Tratam-se de atividades laborais que são aparentemente leves, mas é realmente um peso e um sofrimento, que podem ser observados quanto pesquisados mais a fundo. Como nos enfatiza Bob, “esse trabalho não é pra qualquer um não viu, parece facin, mas tem que se forte”.

Ritmos acelerados e muito esforço físico demarcam o trabalho nas plantações. Ao que pudemos observar, existem várias atividades laborais no plantio que são realizadas sem a utilização dos maquinários. Além de todas as atividades que realizam diretamente na plantação de algodão, os trabalhadores são submetidos à limpeza dos maquinários, das peças para a colheita, a embalar o algodão em sacos, etc. As necessidades fisiológicas precisam ser reguladas de acordo com a autorização de saída da plantação, o que gera grande desconforto nos trabalhadores, que preferem não beber água para não ter que ir ao banheiro situado no local de moradia dos trabalhadores que vivem na plantação, ou seja, afastado do espaço que trabalham por até 2km distância.

No que tange à observação sobre as condições de moradia dos trabalhadores que vivem na plantação, elas são de fato precárias. Além das irregularidades observadas nas condições de trabalho, os trabalhadores são sujeitados a dormir em conjunto, em uma casa que aparentemente estava condenada pelo tempo, tudo isso sobre o pretexto de que

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

esses trabalhadores “não pagam aluguel”<sup>28</sup>. Também constatamos que, ainda que em condições questionáveis, são oferecidos aos trabalhadores: água, um frigobar para conservar os alimentos e forno micro-ondas para aquecê-los<sup>29</sup>.

Em relação às resistências, nos parece que são poucas as insurgências registradas nas plantações. Como relatam os trabalhadores, os que se colocam em desacordo com os produtores são dispensados e ameaçados, despertando o medo nos demais e impossibilitando as resistências. Há de se registrar ainda que entramos em contato com vários dos sindicatos rurais dos municípios em que existem plantações de algodão e nenhum deles registra a presença de trabalhadores nas plantações de algodão em toda a região Noroeste do estado do Paraná.

Relata-se ainda que havia uma criança (Anne), filha de um casal que vivia na plantação. No momento em que permanecemos na plantação, a criança de aproximadamente 12 anos não estava trabalhando, porém poderia ser um ato de momento. Infelizmente também não questionamos, na ocasião, a condição escolar da mesma.

Sob estas condições que laboram os trabalhadores das plantações de algodão que visitamos no Noroeste do estado do Paraná. Eles estão condicionados a vender sua força de trabalho cada vez mais próximos a condições da escravidão moderna e, dado a baixa remuneração que recebem, a viverem na pobreza absoluta. Seus trabalhos são caracterizados, também, pela intensificação grotesca dos ritmos de trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho, por salários ínfimos (que são, inclusive, diluídos por meio de métodos de escambo – moradia, por exemplo). Elementos estes que caracterizam o aumento da mais-valia absoluta em níveis cada vez mais elevados.

Estamos assumindo a ideia de que há, na contemporaneidade, elementos que, por um lado, intensificam as formas mascaramento da exploração da força de trabalho e, por outro, faz com que o trabalhadores sejam extorquidos e espoliados brutalmente, por meio

---

<sup>28</sup> Depoimento de um trabalhador agrônomo com quem dialogamos durante o trabalho de campo realizado nas plantações de algodão no ano de 2017. Entrevistador: Flávio Ribeiro de Lima. Região Noroeste do estado do Paraná. Esse diálogo não possui gravação.

<sup>29</sup> Esses equipamentos foram constados no “escritório” da plantação. Não tivemos a oportunidade de adentrar o local de moradia para saber se havia os mesmos equipamentos.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

do que se compreende no contexto do modo capitalista de produção como venda da força de trabalho, para além da esfera da produção material, isto é, na esfera da (re)produção. Enfim, é grande o ocultamento da exploração da força de trabalho em meio ao “mar branco” das plantações de algodão do Noroeste do estado do Paraná.

## À guisa de considerações

Sabe-se que as transformações na base produtiva do algodão no Brasil, expostas ao longo deste texto, se deram em decorrência de uma série de processos que levaram os trabalhadores das plantações de algodão do Noroeste do estado do Paraná a renderem-se às condições impostas pelo capital transnacional. Esses processos inseriram suas vidas na lógica produtiva/destrutiva, a qual a venda da força de trabalho é realizada às margens, tanto do ponto de vista das relações contratuais ilegais, quanto do ponto de vista da configuração espacial (segregação).

Em decorrência destes processos temos, por um lado, um capital que, embora apresente muitas instabilidades e oscilações, continua a (re)produzir níveis alarmantes de acumulação de riqueza, de expropriação, de espoliação. Assim, alteram-se as formas (mais intensificadas) de exploração da força de trabalho e a exploração dos recursos naturais. Enfim, como diz o geógrafo David Harvey (2011), a tragédia de nosso tempos é a impossibilidade de limitar (especialmente) a destruição desenfreada da sociedade pelo modo capitalista de produção.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALESSI, Neiry Primo. **Saúde e trabalho rural**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, P. 111-121, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de modernização agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no Brasil**. Revista de Geografia, São Paulo, v. 3, n. 5, P. 31–41, 1978.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Brésil. **La dévastation du travail dans la contre-révolution de Temer**. A L'encontre, Suíça, 09 jan. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o Agro desse Negócio?** Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 279 p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARVALHO, Delgado de. **Geographia humana, política e econômica**. São Paulo: Editora Companhia Editora Nacional, 1935.

CHESNAIS, Francois. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 2005[1996]).

CONTI, José Bueno. A geografia física e as relações sociedade-natureza no mundo tropical. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999. P. 9-26.

CORRÊA, Ila Maria; YAMASHITA, Rosa Yasuko. **Acidentes Rurais**. Revista Cultivar Máquinas, Pelotas, Ano III, n. 16, p. 24-26, 2003.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Direito do Trabalho. In: HOLZMANN, Lorena (Org.) **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011, P. 112 – 118.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Trabalho, subordinação e servidão: entre La Boétie e Somerset Maugham. In: DUTRA, Lincoln Z. (Org). **O valor social do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 11-28.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845].

GOMES, Sueli de Castro. **O Território de Trabalho dos Carregadores Piauienses no Terminal da CEAGESP**: Modernização, Mobilização e a Migração. 280 p. Tese



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

(Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudanças cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **El cosmopolitismo y las geografías de la libertad**. Madrid: Askal, 2017.

HARVEY, David. **La breve historia del neoliberalismo**. Cidade do México: Askal, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Londres: Profile Books, 2014.

HARVEY, David. **The ways of the world**. Nova York: Profile, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme**: la re-production des rapports de production. Paris: Anthropos, 1973.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Editora EDUSP, 1999.

LEPSCH, Igor F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2010.

LIMA, Flávio Ribeiro de. **A reforma trabalhista no brasil: um atentado contra a classe trabalhadora**. Revista Geocritiq, Barcelona, v. 1, p. 1-8, 2018.

LIMA, Flávio Ribeiro de. **As dezessete contradições e o fim do capitalismo**. Revista Ra'e Ga, Curitiba, v. 42, p. 288-294, 2017.

LIMA, Flávio Ribeiro de. **Nas trilhas da exploração da força de trabalho**: uma análise a partir da cadeia têxtil de produção no Noroeste do estado do Paraná. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1857].
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos: Primeiro manuscrito**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1848].
- MARX, Karl. **O Capital: Volume I**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1867].
- MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [1846].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Penguin, 2016 [1848].
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.
- NORTHUP, Solomon. **12 anos de escravidão**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- PROCHNIK, Victor. Cadeias produtivas e complexos industriais. In: HASENCLEVER, L. & KUPFER, D. **Organização industrial**. São Paulo: Campus, 2002. p. 1-10.
- SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 21 – 2017

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana.** Uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma geografia do trabalho.** Revista Pegadas, Presidente Prudente, v. esp, n. esp, p. 4-26, 2002.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina:** a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 338 p. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.